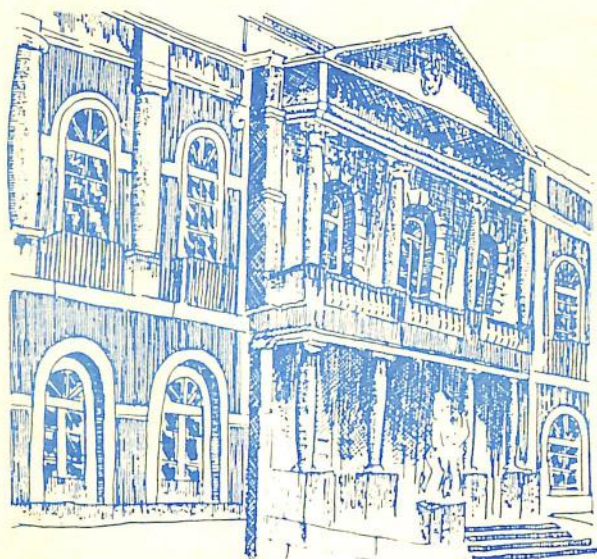


UFRJ/IEI
TD200

032642-9

ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 200

O IMAGINÁRIO POLÍTICO DO TRABALHADOR NA LITERATURA BRASILEIRA

Isabel de Assis R.de Oliveira

Julho/1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

O IMAGINÁRIO POLÍTICO DO TRABALHADOR NA
LITERATURA BRASILEIRA



Isabel de Assis R. de Oliveira*
Julho/1989



43 - 016585

*) Agradeço a Sergio Goes de Paula a leitura atenta e cordial da primeira versão deste artigo, e a Emê Ribeiro as condições materiais para sua execução.

FEA-UFES
BIBLIOTECA

Data: 06 / 09 / 89

N.º Registro

032642-9

S
UFRJ/IEI
TD 200

ms 87027

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de

O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira./Isabel de Assis R.de Oliveira.- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

41p. 21cm.- (Texto para Discussão. IEI/UFRJ. n. 200)

Bibliografia p.39

1. Trabalhadores - Ideologia. I. Título.

II. Série.

"We - mankind - are a conversation"

Heidegger

I.

Tema tão vasto com o indicado pelo título deste artigo requer, a meu ver, um recorte bastante preciso da literatura a ser considerada, para que se possa produzir um resultado razoavelmente concenado. Neste sentido, irei privilegiar aqui um conjunto de trabalhos realizados por cientistas sociais brasileiros que pesquisaram variados segmentos populares-operários industriais, migrantes rurais, moradores de bairros periféricos e favelas, etc — em busca, entre outras, das representações simbólicas que indivíduos pertencentes a estes segmentos tinham de sua inserção social, sua relação com o poder e sua posição na esfera econômica. Ressaltando a dimensão propriamente política deste imaginário, optei por apresentar os resultados aí obtidos, sempre que possível, de uma forma sequencial e dialógica, o que implica um certo afastamen

to dos trabalhos aqui considerados, especialmente no que tange à lógica que cada um destes autores utilizou para interpretar e mesmo definir seu campo de pesquisa. Parece-me, pois, pertinente expor, ainda que de forma suscinta, minha própria racionalização, antes de iniciar o artigo, propriamente dito.

Tomo por "*imaginário político*" o conjunto de significados que os sujeitos atribuem às relações sociais que estabelecem entre si, sempre que referidos ao exercício do poder. As premissas centrais que norteiam minha análise são as de que a) estas representações imaginárias são relevantes na maneira pela qual estes sujeitos atuam socialmente e que, b) este conjunto de significados é passível de se alterar, não só no que concerne ao conteúdo mas à forma mesma de sua organização, tanto pela aquisição de novas informações como por efeito de uma dinâmica intrínseca. Para não estender-me sobre esta última, remeto-a de forma imediata à arbitrariedade própria à simbolização que se supõe existir em nossa espécie.

Estas premissas, de alguma forma, viabilizam o recurso analítico por mim adotado, que foi o de reter, na literatura aqui considerada, apenas as lógicas significativas ali postuladas que se referissem à dimensão política da vida social, sem me ocupar de sua contextualização sociológica mais abrangente. Isto não me eximiu de, sempre que possível, localizar, no tempo e no espaço, as pesquisas aqui contempladas, tomando estas referências como mínimo necessário para a adequada compreensão deste relato.

Por outro lado, é a aceitação destas premissas que permite-me reencontrar, neste domínio da vida social — o domínio simbólico — a dimensão criativa e essencialmente dinâmica que é a que

mais me interessa por evocar, entre outras, o intuito crítico original da análise sociológica.

Este artigo está então organizado de forma a apresentar uma revisão dos resultados obtidos por um conjunto selecionado de pesquisas que compreendem a descrição e interpretação do imaginário do trabalhador brasileiro.

Admitido como marco inicial da análise a literatura especializada produzida a partir do surto de crescimento industrial ocorrido no final dos anos 50, destaca-se aí, por seu caráter pioneiro, o trabalho de L.M. Rodrigues (1970), que obteve seus resultados a partir de um *survey* efetivado com operários da indústria automobilística(1). Do nosso ponto de vista, uma de suas constatações mais interessantes foi a de que estes trabalhadores valorizavam o emprego fabril, e não o ofício, identificando-se apenas transitóriamente com sua condição operária. Desejavam, alternativamente, ascender à posição de pequenos proprietários, confiando que este futuro viabilizar-se-ia, com base nas economias que pudessem ir fazendo. Este tipo de registro é extremamente importante para uma melhor compreensão das baixas taxas de associativismo então encontradas, em que pese fatores de outras ordens, como os que têm sido apontados na literatura pertinente(2). Pois a escassa identificação com a condição operária certamente associa-se um razoável desinteresse pelos temas usualmente problematizados pelos sindicatos, exceto quando referidos à demanda por uma melhor remuneração do trabalho. Além disso, esta expectativa de ascensão social via estratégias individuais de administração do salário minimiza a adesão a formas de ação coletiva como a que é própria à dinâmica sindical.

Este fragmento do imaginário dos trabalhadores que Rodrigues nos oferece importa aqui menos em sua provável relação com o fato de que estes operários trabalhavam na indústria de ponta, nos "anos

(1) Rodrigues tem uma vasta obra sobre o operariado brasileiro (cf. Rodrigues 1966, 1968, 1970 e 1974), não havendo aqui qual quer pretensão de resumí-la.

(2) Ver, além de Rodrigues, Albertino Rodrigues (1979), Erickson, P. (1979) e Martins (1978).

dourados", do que pela luz que permite incidir sobre a forma particular de apreensão que estes indivíduos tinham de sua localização social, a partir do domínio do trabalho.

É a extração rural relativamente recente de boa parte de seus entrevistados que irá sugerir a Rodrigues um dos veios de sua interpretação para esta modalidade particular de inserção no contexto industrial. Rodrigues chama nossa atenção para o fato de que o impacto da industrialização brasileira sobre a economia rural representou, fundamentalmente, um fator de atração para as cidades, uma vez que não teria havido um tipo de transformação na agricultura como a que se deu, por exemplo, na Inglaterra, que acaba por expropriar pequenos proprietários e artesãos, expulsando-os, por assim dizer, de sua terra natal. Referidos, até então, a um padrão muito rudimentar de vida, estes trabalhadores quando conseguem se empregar numa fábrica, sentem-se socialmente gratificados antes que propriamente "expoliados".

Uma pesquisa realizada alguns anos mais tarde por Durham (1978), agora com migrantes rurais paulistas, confirma esta percepção positiva do contexto urbano. Mas seus interlocutores expressam também frustração de suas expectativas de que obteriam, nos centros urbanos, salários adequados, assistência de saúde e educação para os filhos. A maior dificuldade por eles apontada para a realização destas metas estava na obtenção de um primeiro emprego, em geral obstaculizado por suas inadequadas qualificações e pelos entraves burocráticos que se antepunham à obtenção de documentos oficiais usualmente requeridos. Mas se esta dificuldade é superada, o sonho deste trabalhador também será o de economizar para es

tabelecer-se por "*conta própria*". Assim Duhram corrobora, em outro tempo e espaço, a mesma constatação feita por Rodrigues.

Esta precária identificação com o trabalho assalariado não deve ser interpretada como uma desvalorização do trabalho em si. De acordo com a brilhante interpretação de nossa herança ibérica, com que nos brinda Buarque de Hollanda (1966), a "*ética do aventureiro*" predominava como pauta valorativa a nortear a feitura de nossa história, por oposição à "*ética do trabalho*" (1966:18 e ss.). O acesso que tivemos ao imaginário do trabalhador, via uma literatura selecionada, nos leva a supor que esta oposição não mais se configura tal como assinalada por Buarque de Hollanda em sua análise de nossa fase colonial. Assim, entrevistas por Cardozo (1977) realizadas com indivíduos dos "*setores populares*" da cidade de São Paulo revelaram, entre outras coisas que as pessoas que não trabalham — os "*tubarões*" e os "*marginais*" — de todo não merecem o respeito nesta comunidade. Esta honra associada ao trabalho será também apontada por Pereira (1979), a partir de sua incursão no imaginário dos operários têxteis que entrevista no Rio de Janeiro. Mas o elogio ao trabalho remete, no mais das vezes, a esta vontade do indivíduo de ser seu próprio patrão, ainda que, neste segmento, Pereira registre uma via de acesso distinta da postulada pelos dois outros grupos sociais aqui considerados: os jogos de azar introduzem-se como alternativa à impossibilidade de poupar algo da escassa remuneração que obtém pela venda de sua "*mão-de-obra*" no mercado de trabalho.

Esta conexão de sentido se rompe, entretanto, no imaginário de uma das lideranças de um movimento operário ocorrido, especialmente, no centro-sul do País, ao final dos anos 70. Pesquisa por mim

realizada em este grupo de ativistas e dirigentes sindicais — os "*autênticos*" — Oliveira (1), (1988) permitiu-me perceber não só sua plena identificação com a condição operária como o intuito de disseminar uma visão desta condição como referida a um lugar social condigno, ainda que o conforto por ele propiciado estivesse a depender da disposição dos trabalhadores em requerer, dos empresários e do Estado, políticas voltadas para a melhoria do contexto da produção. Voltarei a este ponto adiante, cabendo aqui retomar a postulação inicial de Rodrigues, particularmente no que tange à questão do individualismo, por contraposição à ação coletiva como via privilegiada para a interação social.

Rodrigues destaca uma segunda consequência relevante da extração rural do operariado, referida à forma tradicional de representação das relações de poder. A seu ver, a vida no campo

"Não propicia condições favoráveis ao estabelecimento de formas de condutas coletivas e laços de solidariedade que não sejam baseados em relações primárias ou de parentesco. A isso cumpre acrescentar o alheamento político-social a que a estrutura agrícola brasileira relegou as massas rurais, o tipo de dominação paternalista que acarretou uma atitude de submissão das pessoas pertencentes às camadas inferiores ante os membros dos estratos superiores, em que a humildade e o respeito são o traço característico". (Rodrigues, 1966:78).

(1) Para distinguir a liderança cujo discurso analisei de outras lideranças deste movimento operário, identificá-las-ei pelo termo "*autêntico*" por eles mesmos utilizado por remeter à imagem de fiel representantes dos interesses dos trabalhadores.

De forma mais genérica, Buarque de Hollanda (1966) estabelece a mesma conexão entre personalismo e ausência de ação coletiva, remetendo estes traços à nossa tradição ibérica; Buarque de Hollanda aponta para uma "cultura da personalidade" advinda da importância ali atribuída ao valor próprio da pessoa humana, "a autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes" (pag. 4), resultando daí a "singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos" (pag. 5. Ver também pags. 40, 41 e 42).

Com base em pesquisa realizada em dois pequenos centros urbanos mineiros, no final dos anos 50, Lopes (1971) (1) irá constatar a mesma desconsideração da ação coletiva como via razoável para a solução de conflitos de toda ordem. No entanto, seus resultados nos levam a reconsiderar esta postulação de Rodrigues acerca da atitude de submissão, que teria como traços característicos o respeito e a humildade. Lopes assinala, na análise que faz da transição do patrimonialismo para as relações contratuais de trabalho, a incidência mediadora de três fatores importantes: a presença crescente do Estado, intervindo nas relações entre patrão e empregado através da legislação trabalhista; a modernização das relações de trabalho, resultante da necessidade sentida pelas empresas de obter níveis mais elevados de produtividade (pressão esta derivada inclusive do controle governamental sobre o pagamento do salário mínimo); e, finalmente, a disseminação da informação política, efetivada por partidos que, de alguma forma, se opunham à ordem oligárquica então vigente. Os trabalhadores teriam reagido a esta transição de forma ambígua e conflitiva. Não há dúvida de

(1) Excelente revisão deste trabalho encontra-se em Leite Lopes (1983).

que o encaminhamento dos conflitos que surgiam entre empregados e patrões, os processos perseguidos com vistas à obtenção de emprego e a própria interação entre os trabalhadores seguiam sendo fortemente personalizados, como bem aponta Rodrigues. Cabe notar, entretanto, que, segundo os relatos obtidos por Lopes, a reação típica a uma injustiça do patrão era o ressentimento, e não a submissão respeitosa e humilde, ainda que fossem preferencialmente evitados os confrontos abertos.

Da análise de Lopes, interessa-nos ainda retirar a noção de obrigação que, no imaginário destes trabalhadores, era freqüentemente ativada como recurso interpretativo para a solução dos litígios. Esta noção está claramente articulada ao tipo de dominação paternalista apontado por Rodrigues, e corroborado por Duhram, que inclusive sustenta sua vigência também no contexto urbano. E esta forma de apreensão da política, ainda de acordo com esta antropóloga, não se restringiria à interpretação das relações patronais. Em suas palavras:

"... mesmo quando o trabalhador abandona o modelo paternalista na sua orientação em relação aos 'patrões', freqüentemente o transfere para órgãos de classe. Na verdade, tanto o sindicato quanto os Institutos de Pensões e Aposentadorias são pensados geralmente em termos assistenciais"

(1978:158).

No que tange particularmente aos sindicatos, Duhram especifica que estes são percebidos por seus interlocutores como agências destinadas a protegê-los, como um "bom patrão" (p. 57). Esta imagem que, em um certo sentido, se aproxima do relato oficial da história sindical deste país, pode ser devidamente nuançada a partir

de outros trabalhos. Mas antes de considerá-los, cabe desdobrar esta noção de obrigação no campo simbólico em que se situa, o campo das relações de poder, retomando a pesquisa que realizei, e, em particular, a análise de um dos manifestos desta liderança, publicados no período. No Documento dos Trabalhadores, a crítica à política social do governo compõe-se a partir da noção dos direitos sociais de cidadania. Ao assumir este ponto de apoio, esta liderança rompia com um dos nós górdios do corporativismo típico do sindicalismo brasileiro (1), enfatizando a importância da eficiência e da justiça na distribuição dos benefícios sociais.

Esta ênfase nos direitos, entretanto, de todo não exime o discurso dos "autênticos" de um tom fortemente orgânico no trato da sociedade e do Estado, bem como da incorporação, na especificação da função estatal, da idéia de justiça.

Este tipo de configuração parece ter fundas raízes em nossa cultura política, onde a tradição anglo-saxã, (tão bem trabalhada, por exemplo, por um Oliveira Vianna (1927)), está inbricada no legado ibérico que resiste, não sem se transformar, na projeção de uma imagem hierárquica da vida social, fundada em um saber que transcende a racionalidade individual. Nesta imagem cabe ressaltar a

(1) Esta representação corporativa teve como alicerce importante o sistema de patronagem que envolvia a participação dos sindicatos na gestão do aparato social do Estado. Cabe notar aqui que quando me refiro à rupturadeste sistema, estou referida, exclusivamente, ao campo do imaginário, pois na prática autoritária então vigente, esta participação no sistema de patronagem já havia, em boa parte, desaparecido. Sobre isto, ver Edickson (1979:72, 98, 99, 107 e 109).

presença freqüente, no topo da hierarquia, da figura, mais ou menos severa, mais ou menos caudilhesca, do pai, como referente central para a inteligibilidade do sistema de dominação.

Esta problemática foi colocada de forma clássica, em 1936, por Buarque de Hollanda, que inicia sua análise da cultura ibérica apontando para a inexistência de organização de tipo hierárquico naquelas sociedades, a que estaria estreitamente vinculada o culto da personalidade, tendo-se como resultante a florescência do anarquismo. Referido claramente à busca do pensamento autoritário, muito em voga à época, de uma legitimação pela tradição para o esquema de ordenação social que propugnava (pag. 6) (e que em boa parte foi adotado na reestruturação do Estado efetivada por Vargas), Hollanda sustenta que a visão hierárquica trabalhada pela escolástica, já admitia a impossibilidade de sua aplicação "terrena", retratando de forma acurada apenas a harmonia configurada no domínio divino. Conclui que o "próprio princípio da hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós" (pag.8), por fundar-se em privilégios que, "sobranceiros" que somos, nunca pudemos admitir.

Entretanto, ao tratar da importância da família na construção de nossa ordem social (instituição, a meu ver, plenamente hierárquica, especialmente se considerarmos os "clãs parentais", para usar os termos de Oliveira Vianna (1920)), entretanto, Buarque de Hollanda sugere ser ela o grande modelo emulado na estruturação de nossa vida política. Citando Cairú, ele nos lembra que:

"... o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e consequentemente amparar a todos que nela estão, como seus filhos e cooperadores da geral felicidade" (pag. 73).

Cabe assinalar ainda que, para Buarque de Hollanda, o processo de urbanização e industrialização que se inicia no final do século XIX em nosso país, teria levado a um esmorecimento desta tradição ibérica, não tendo emergido, a partir de então, qualquer substituto adequado para fundar uma nova concepção de política. Existem, é claro, formulações alternativas, mas estas teriam sido sempre excessivamente abstratas, "construções da inteligência" que buscavam enquadrar uma realidade complexa e difícil em formas fixas e leis genéricas (150). Na elaboração destas outras concepções, Buarque de Hollanda aponta para a influência do positivismo que, ao contrário do que o próprio nome indica, aqui se manifesta especialmente no seu "instinto negativo", vedando a "construção de qualquer sentido construtivo 'positivo' para nossos negócios públicos" (pag. 152).

De um outro ponto de vista, Morse retoma este tema(1), sugerindo que a civilização ibérica, diferentemente da anglo-saxônica, diante das diagramações do bom governo que se apresentavam no século XVI, elege a visão tomista, onde a sociedade é percebida como:

"... uma casa de muchos níveis e salas, una entidad cuyas partes estaban ordenadas como de lo imperfecto a lo perfecto y donde las tareas de ordenamiento y adjudicación, aunque asignadas en primera instancia por consenso popular, recaían en el rey..."

(1) O livro de Morse, recentemente traduzido no Brasil, recebe uma leitura crítica de Schwartzman, cf. 1988.

Se tal escolha não exclui, subsequentemente, a absorção do enquadramento científico e instrumental de Maquiavel, o resultado é uma

"tensión entre el 'bien común' y el cálculo del poder, entre el Estado como un todo orgánico y el Estado como artificio, entre la política como misión y la política como arte o 'ciencia'... y esta tensión continúa condicionando la agenda política del mundo ibérico en este siglo actual" (pag.71).

A forma como Morse interpreta esta permanência também é muito interessante, pois não se trata de propor a persistência, por inércia ou invocação recorrente ao largo dos séculos, das formulações políticas escolásticas, mas sim de reconhecer nesta lógica a capacidade de orientar o pensamento e a ação política, até os dias de hoje (pag. 67-68) (1).

Não podendo aqui estender-me sobre esta questão, à qual recorri por bomã-la como pertinente para interpretar o tipo de percepção de Estado mais persistente no imaginário desta liderança, apontaria para o fato de que esta tensão entre as duas tradições se apresenta também na conjugação simultânea do binômio "direito/dever" com as noções de "obrigação" e "favor". O binômio "direito/dever" remete a uma percepção igualitária das relações políticas,

(1) Também para Hollanda, está de alguma forma colocado este tipo de percepção. Assim: "A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida" (pag. 14).

onde o conceito de cidadania e a temática da representação enquanto delegação de poder são centrais. Esta gramática não comporta as noções de "obrigação" e "favor", que remetem para um tipo de reciprocidade (cujas regras costumam ser, por sinal, razoavelmente explícitas) entre sujeitos distintos e pessoalmente identificados, em contraste com o caráter universalista e igualitário da configuração moderna das relações de poder. Mas o discurso corrente transgride as regras gramaticais, produzindo como resultado uma mixagem que nos cabe decifrar.

Para os "autênticos", competia ao Estado promover a Justiça, mas não a justiça entendida em sua acepção secular. Tido como a principal instância moral da sociedade, neste aspecto esta liderança, pouco diferia da percepção corrente que tinham seus "pares" ingleses do século XVIII. No entanto, a transformação política vivida por esta sociedade, no século seguinte irá afetar, de forma significativa a rostura dos trabalhadores ingleses (1), onde a luta pela garantia das liberdades civis torna-lo-ás extremamente ciosos de sua condição de cidadãos livres (Thompson, pag. 689, 732 e 764). Por contraste, quando a demanda por estas mesmas liberdades constitui-se na pauta reivindicativa central de diversos movimentos políticos que se opunham à ditadura militar, no final dos anos 70, tais "liberdades" serão interpretadas, pelos "autênticos", como demandas "formais e próprias da contra-elite". O que esta liderança enfatiza, em suas plataformas de luta, é a melhoria das condições de trabalho na empresa e um Estado Social eficaz, capaz de dar moradia, emprego, salário, saúde e educação para todos.

(1) Para a interpretação do Ludismo como reação à ruptura da dominação paternalista do Estado, ver Thompson (p.541). Análise alternativa é proposta por Hobsbawn (1981:15-31).

Feita esta incursão, a partir das noções políticas centrais que situam, à nível das representações simbólicas destes trabalhadores sobre as funções precípua do Estado, cabe retomar as configurações que ali se apresentavam acerca do papel dos sindicatos.

Um conjunto extenso e extremamente interessante de informações sobre esta questão nos é oferecido por Souza (1978) que realizou um *survey* com dirigentes e associados sindicais oriundos de diversos setores industriais do centro-sul do país, no início dos anos 70. Não sendo possível, por razões de economia, tratar todo o material disponível, gostaríamos de ressaltar que os trabalhadores associados ao sindicato não estabeleciam conexões significativas entre o sindicato e a política, tomando o primeiro, tal qual os migrantes entrevistados por Duhram, por agência voltada para a promoção da assistência social, com o qual, de um modo geral, estavam satisfeitos. Tinham grande interesse pela ação governamental, mas pouquíssima informação sobre o que se passava no mundo da política. Domínio político que, ademais, era percebido como excessivamente complicado para sua devida compreensão, a partir dos códigos de que despunham. Assim, nos sugere Souza, não há por que estranhar que no auge repressivo do regime militar de então, estes associados não identificassem qualquer conflito entre o bom funcionamento sindical e atuação governamental. Suas aspirações orientavam-se precisamente no sentido de uma maior intervenção governamental nos sindicatos, de forma a aprimorar os serviços por eles prestados. Souza acentua o efeito (perverso) da precariedade de informações políticas sobre a constituição do universo de representações simbólicas deste segmento, apontando, por exemplo, para o fato de que a indignação que expressavam frente a suas "lower wages... did not necessarily imply the understanding that

the government was to blame" (Souza, 1978: 291) (1).

Já os dirigentes sindicais tinham uma visão bastante diferenciada de suas bases no que tange à avaliação da política governamental e de sua incidência sobre as condições da vida operária. A maior parte de seus entrevistados, por exemplo, percebia uma série de conflitos entre o Governo e o posicionamento de seus sindicatos, cabendo ressaltar o conflito em torno da questão salarial, a discordância acerca da forma pela qual se articulava e implantava a política social, a improcedência dos programas de compensação por desemprego - FGTS e Programa de Interação Social (PIS) (2) — bem como a inadequação da regulamentação profissional e sua

(1) Vale notar que neste período a política salarial era muito mais rígida do que a que ainda está em voga, e que então não havia condições favoráveis a greves ou a qualquer outras formas de protesto coletivo.

(2) O FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) é um fundo de previdência, criado em 1967, mantido pelo pagamento compulsório; por parte dos empregados, de 8% da folha de salário, que pode ser usado pelos segurados em circunstâncias específicas, incluindo-se o desemprego. Antes de sua instituição, os trabalhadores que tivessem mais de 10 anos de trabalho em uma mesma firma não podiam ser despedidos sem uma significativa indenização; isto resultava, na prática, na estabilidade de no emprego. A partir da instituição do FGTS, os trabalhadores, ao assinar um contrato de trabalho, devem "optar" ou não pelo FGTS, dado que a política de emprego progressiva não foi abolida. No entanto, se o trabalhador não "opta" pelo FGTS, terá poucas chances de conseguir se empregar-se. Ver Barros (1975) e Erickson (1979: cap. 3), sobre o PIS.

implementação pelo aparato especializado do Estado. O nexo corporativo que articulava os sindicatos ao Estado também era claramente repudiado, demandando-se a autonomia sindical. Se nos reportarmos agora à ótica dos tecelões entrevistados por Pereira (1979), no Rio de Janeiro, encontraremos este mesmo anseio, sustentado por um grupo que esperava transformar o sindicato em canal livre para a organização e educação da classe trabalhadora. Esta representação, entretanto, não era a única por ela encontrada, apontando Pereira também para o fato de que os trabalhadores mais idosos, que jamais confiaram nos sindicatos, bem como os que nunca tiveram acesso à vida sindical acharam que os patrões eram sempre mais fortes ou que estratégias individuais deveriam ser privilegiadas, vis-à-vis a eficácia das ações coletivas.

Os resultados de minha própria pesquisa, realizada alguns anos mais tarde, permitem reconstruir a seguinte lógica na apreensão da problemática sindical, a partir da percepção que os líderes tinham de suas bases e de suas metas. Os "autênticos" não tinham maiores ilusões acerca dos anseios de suas bases: sabiam que os trabalhadores não se identificavam com a "condição operária", almejando, ao contrário, ascender socialmente e adquirir o status de trabalhadores autônomos; sabiam também da precariedade de informações de que dispunham os trabalhadores no que tange a seus direitos, aí incluindo-se até mesmo o desconhecimento do sindicato.

O corolário imediato de uma tal apreensão, por parte desta liderança, remetia para a urgência de uma atuação "conscientizadora", para usar o termo ali corrente, que fosse capaz de demonstrar a pertinência e a eficácia da ação coletiva organizada. Esta persuasão, ainda no entender desta liderança, deveria assumir um ca-

râter peculiar, "de cima para baixo". Lula, por exemplo, líder mais notável deste movimento, enfatizava que a estrutura sindical perfeita seria aquela que os trabalhadores considerassem perfeita: sem compromissos com o governo e emergindo das necessidades da própria classe trabalhadora. Mas cabia à liderança mostrar aos trabalhadores a natureza coercitiva da estrutura institucional-legal de então, para que este percebesse que tal estrutura era inadequada. Esta pedagogia contemplava, pois, a crença em uma verdade do saber popular, cuja expressão estaria entretanto a depender de um conjunto adequado de informações, incidindo aí a função de "conscientização" da liderança. Está aqui de novo algo que pode ser interpretado pelo esquema proposto por Morse como combinação peculiar, em nossa cultura, da concepção de política, simultaneamente, como missão e como arte. Arte está voltada agora para a superação de pelo menos cinco obstáculos que se antepunham à demonstração, pela liderança e para a massa, da eficácia superior da ação coletiva, relativamente às estratégias individualistas, para o atendimento das demandas da classe.

Estes obstáculos compreendiam, em primeiro lugar, o elevado grau de burocratização do sindicato, que impedia vínculos mais estreitos entre dirigentes sindicais e base. O excesso de atribuições assistenciais e atividades administrativas, resultante da legislação em vigor, implicava ao ver destes líderes, numa ocupação indevida do tempo disponível dos dirigentes. Como a modificação na legislação não pudesse ser vislumbrada como factível a curto prazo, os líderes concentraram seus esforços na delimitação de estratégias que permitissem estabelecer uma maior proximidade com os operários, sobressaindo como instrumento para sua implementação a formação de comissões de fábrica e a instituição de delegados sindicais

is(1). O segundo obstáculo era a obrigatoriedade da "contribuição sindical" (2), que desestimulava uma ação mais agressiva por parte dos dirigentes sindicais menos "conscientes", dado que o suporte financeiro de suas organizações estava garantido independentemente do número de associados que, caso aumentasse, apenas proporcionaria a oferta de serviços. A esta dificuldade associava-se uma terceira, derivada da política governamental de segurança no emprego, que tinha por principal mecanismo operativo o FGTS. Pois entendiam estes líderes que eliminar a obrigatoriedade do financiamento ao sindicato sem que se alterassem as altas taxas de rotatividade de mão-de-obra (taxas estas diretamente relacionadas ao FGTS), seria o mesmo que decretar a falência de sua forma privilegiada de organização. A superação destes limites, também não era vislumbrada a curto prazo.

Um quarto obstáculo remetia à forma precária pela qual os sindicatos articulavam-se entre si, seja por conta da orientação valorativa que norteava o comportamento dos dirigentes das federações e confederação de trabalhadores, seja pela própria ordenação jurídica que, dentre outras, não permitia a formação de um órgão de cúpula

(1) Antes do golpe militar de 1964, já existiam delegados que, para evitar a repressão no interior das empresas, não se identificavam publicamente como representantes oficiais do sindicato. Este artifício era, obviamente, prejudicial à efetivação de um contato mais estreito entre sindicato e base, porque o caráter "clandestino" do delegado implicava em restringir muito seu escopo de influência cf. A. Rodrigues (1979) e Barsted (1981:164, 171, 172 e 179).

(2) A lei brasileira obriga a todo assalariado a contribuir com o valor de um dia de trabalho para o financiamento do sindicato que corresponde à sua categoria.

la. Frente a isto, a postura desta liderança era a de, por um lado, passar a atuar de forma organizada em todos os foruns onde a estrutura sindical estivesse em pauta, e por outro, iniciar um debate amplo com vistas à formação de uma única central sindical que abrangesse todas as categorias profissionais.

Finalmente, a conquista do direito de negociar coletivamente com os patrões os contratos de trabalho, sem poder fazer greve, constituía-se no principal dilema dos "autênticos". Aquela época, o "direito de greve", garantido pela Constituição em vigor, estava de tal forma regulamentado que praticamente excluía a possibilidade de qualquer paralização, se obedecidos os cânones legais.

Este conjunto de dificuldades acabou por levar a uma extrapolação, no campo imaginário das representações que estes líderes tinham de sua missão, da atuação no âmbito estritamente sindical para o domínio da política, aí compreendida não apenas as relações com o governo, mas também com os empresários e com a sociedade, em geral.

Quando esta extrapolação se dá, a prioridade absoluta das metas sindicais é ainda concedida à conquista de melhor remuneração pelo trabalho, à qual todos os outros objetivos-comissões de fábrica, delegados sindicais, autonomia sindical e direito efetivo de greve — se submetem. Cabe enfatizar o fato de que esta meta prioritária não contradiz o arranjo de poder característico das sociedades capitalistas, no que tange a apropriação privada e mercantilização dos fatores de produção. Efetivamente, estes líderes tinham uma visão ideal da sociedade como sendo aquela onde a força dos empresários e dos trabalhadores se equilibrasse, de forma a

que a posse do capital e o controle dos meios de administração e gerência não implicasse na detenção majoritária de recursos de poder, frente àqueles de que dispunham os trabalhadores, seja por sua capacidade de trabalho, seja por seu volume numérico. Daí pode-se inferir a ênfase por eles colocada na pertinência das negociações coletivas do contrato de trabalho, como mecanismo adequado para a resolução dos conflitos com os empresários e para a obtenção de suas metas concernentes ao ambiente fabril, desde que empreendidas por sindicatos livres da tutela estatal. Vale citar aqui um trecho de uma entrevista realizada com Lula, por colocar esta problemática em termos claros e sucintos:

"Em conflitos que aparecem, o Governo, na maioria das vezes, toma o partido dos empresários, sem perceber que só haverá realmente paz social quando existir equilíbrio entre capital e trabalho. A prova disso está para todo mundo ver: em todos os países desenvolvidos existe este equilíbrio, o Governo não toma sempre o partido dos empresários... As negociações diretas entre patrões e empregados são mais realista; nós sabemos o que podemos pedir, também não queremos aumentos absurdos, que levem os empresários a fechar suas fábricas, porque precisamos trabalhar para sobreviver".

(Oliveira, 1988:93) (1).

Em pouco tempo, esta percepção do arranjo adequado para a resolução dos conflitos trabalhistas irá se alterar, envolvendo, para além da representação sindical, uma postulação da representação partidária.

(1) Para análise pioneira deste tipo de sindicalismo que abrigava, entre outras, a liderança aqui considerada, e, em particular, para o exame da forma como era inicialmente justificada a demanda por autonomia sindical, ver Almeida (1975).

A problemática da representação partidária pode ser considerada, inicialmente, a partir dos resultados da pesquisa feita por Caldeira (1980), com moradores de um bairro da periferia paulista.

Em primeiro lugar, vale mencionar que Caldeira encontrou um nível muito baixo de informação e uma enorme dificuldade, por parte de seus entrevistados, até para mesmo para compreender o sentido das palavras chaves nas bandeiras de luta empunhadas pela oposição ao regime militar, tais como "anistia geral e irrestrita", "constituente", etc. Isto não deve ser tomado como desinteresse pela política, tendo a antropóloga registrado em seu relato o fato de que não raro via-se na posição de entrevistada, dado o elevado grau de curiosidade de seus "informantes".

Seja como for, eles não aceitavam como justo o lugar que percebiam ocupar na estrutura social - seu espaço inferior - que estava ordenada de forma a privilegiar excessivamente as pessoas ricas. O governo era apontado como o responsável último por esta situação, dispondo seus entrevistados para isto, de várias explicações. Nesta diversidade, entretanto, estava sempre presente, de forma mais ou menos explícita, a mesma noção de que a divisão da sociedade e o exercício do poder estatal derivavam da identificação do governo com os ricos, que optava sempre pelo atendimento de seus interesses (pags. 92 e 93).

Interpretações mais detalhadas das desigualdades sociais nos são fornecidas pelo o relato feito por Pereira, cuja pesquisa já men-

cionamos anteriormente. Uma destas interpretações, de caráter religioso, pode ser desdobrada a partir das conotações distintas que são conferidas ao conceito de justiça. A primeira vertente sustenta a existência de uma Justiça Divina que vela por toda a criação, aí incluídas as relações humanas. As desigualdades sociais são compreendidas, nesta configuração simbólica, como requisito para a produção da riqueza e para a própria harmonia entre as pessoas. Injusto é o apetite dos ricos que não se conformam com o que Deus lhes deu, sendo entretanto a força divina a única capaz de se contrapor a este mal (1979:191). A segunda vertente desta interpretação sacra do mundo contempla a existência de duas ordens: uma ordem divina, natural, que se caracteriza pela igualdade e cooperação, e uma ordem artificial, humana, onde tem vigência desigualdades injustas legitimadas pelos próprios homens e efetivadas através do emprego da força. Uma segunda interpretação, agora de tipo secular, refere a desigualdade entre os homens ao resultado dos embates pelo poder, onde vencem sempre os ricos, por serem os mais fortes. Nesta representação imaginária, não há esperança para o trabalhador, que será sempre a parte mais fraca em qualquer confronto. Especialmente entre os operários de origem rural relativamente recente, Pereira encontrou uma terceira interpretação, onde a lógica explicativa para as desigualdades era de cunho histórico e referida a processos sociais identificáveis. Nesta lógica, de novo, insiste-se na ambição dos ricos, que visam uma acumulação desmesurada da riqueza, ainda que sua distribuição injusta possa também ser remetida, ironicamente, a uma questão de sorte ou azar (p.193).

Feito este desdobramento acerca das interpretações dadas às desigualdades sociais, cabe retomar a análise de Caldeira, fazendo aq

ra sobressair a questão político-partidária. Seus entrevistados consideravam ser muito difícil alterar a situação então vigente, deslocando assim toda sua energia em ações individualistas e orientadas para um ajustamento mais adequado à sociedade. Qualquer solução que não estivesse ligada ao indivíduo era percebida como excessivamente abstrata, valendo tal presunção também para o enquadramento das relações de poder, sempre referidas à vontade individual dos políticos. Está aqui também claramente presente a noção de justiça, desdobrada no binômio "direito/dever". Assim, o Governo tem o dever de "olhar para o povo a fim de descobrir seus problemas e buscar melhores soluções, cabendo notar, que tal presunção era mais freqüentemente expressa por pessoas mais idosas. Se os governantes não estavam desempenhando adequadamente sua função, cuidando apenas de seus interesses particulares, a população também deveria ser responsabilizada por isso, pois não pressionava devidamente pelo atendimento de seus direitos. É aqui que se coloca a complicada questão da participação eleitoral. Votar era custoso, obter o título eleitoral não era nada fácil e a própria ação política requeria recursos que estes moradores reconheciam não ter. A política era tida como algo muito complexo, cuja compreensão demandava muito estudo e mesmo sabedoria, envolvendo ainda a manipulação de recursos financeiros de vulto. Além disso, a violência estava sempre a seu lado, o que tornava não apenas difícil mas também perigoso para os pobres dela participar. (pag. 108).

No que tange à percepção do sistema político, estes moradores da periferia não acreditavam no poder do Legislativo, apontando para a instância executiva como o centro efetivo da política, centro este personalizado na figura do Presidente. Como à época os prin-

cipais postos executivos não eram preenchidos através do sufrágio universal, não é de se admirar a pequena participação política destes cidadãos. Mesmo assim, no que explicitavam a razão de sua escolha dos postulantes aos cargos legislativos nos níveis municipal, estadual e federal, distinguiam duas lógicas eleitorais. A escolha do Partido era pautada por uma avaliação de seu desempenho frente ao sistema de poder, mas para a escolha do candidato era fundamental seu conhecimento pessoal, uma vez admitida a similaridade básica entre todos os políticos — a defesa de seus interesses particulares (p.99) (1).

Por contraste, vejamos como a questão da inserção no sistema político institucionalizado colocou-se para os "autênticos".

Ao comentarmos a distinção entre as noções de obrigação e favor, por contraposição às de direito/dever, referimo-nos a uma concepção de Estado, no âmbito de suas configurações simbólicas, onde era preminente o conceito de Justiça, não necessariamente associado à postulação das instituições representativas típicas do liberalismo. Estas instituições irão, no entanto, tomar relêvo no imaginário desta liderança, a partir de sua experiência mais íntima com o governo, que então era visto como furtando-se a desempenhar suas devidas funções, desvirtuado pela contemplação privilegiada dos interesses das grandes empresas multinacionais. Assim, no dizer desta liderança, a política salarial era benéfica para os empresários não apenas porque estava havendo um decréscimo real de

(1) Já dispomos de um conjunto razoável de estudos voltados para a análise da lógica eleitoral dos setores populares no Brasil que, entretanto, deixamos de considerar aqui por uma questão de tempo.

salários, mas também porque sua formulação afetava a capacidade de mobilização das bases, dada a impossibilidade do sindicato obter aumentos superiores ao índice oficial, através de sua participação no dissídio coletivo. O FGTS não penalizava os empresários pela dispensa de trabalhadores, e estas altas taxas de rotatividade de não apenas mantinham os salários baixos como representavam um desincentivo à sindicalização, como já comentado.

A política de saúde permitia que lucros fossem auferidos no tratamento dos pacientes, e a política habitacional orientava-se para a produção de moradias só acessíveis aos estratos de renda médio e alto, utilizando-se entretanto de recursos advindos do trabalho assalariado, via FGTS. Ao ver destes líderes, estas políticas resultavam da adoção de um modelo econômico concentrador, excessivamente orientado para a exportação e para a defesa dos interesses estrangeiros. Esta formulação contém um paradoxo no sentido de que a autonomia sindical e uma política social eficaz estavam sendo demandadas a este mesmo Estado que vinha sendo caracterizado como o hóspede benévolo da odiada burguesia multinacional. Uma forma de buscar elucidar este paradoxo é distinguir, analiticamente, as duas concepções de Estado aí entremeadas. A primeira, de cunho normativo, associava ao Estado o conceito de Nação, e é dentro desta concepção que faz sentido falar de direitos, de justiça e demandar determinadas medidas que privilegiem os setores populares. A segunda concepção era de caráter mais instrumental, referindo-se a este governo que teimava em não desempenhar adequadamente suas funções. E é sua instância Legislativa que passará a merecer atenção especial, como locus onde podem se expressar os anseios dos trabalhadores.

Esta escolha derivava do fato dos postos Legislativos serem preenchidos pela via eleitoral, mas eram variadas as ponderações acerca do poder efetivamente aí existente. Alguns líderes consideravam que os deputados de oposição detinham escassos recursos de poder, e portanto pouco podiam fazer pelos trabalhadores. Uma segunda avaliação apontava para o fato de que, admitida esta limitada margem para o exercício político, ela poderia ser melhor explorada se os representantes fossem eles próprios, trabalhadores, os únicos realmente capazes de se comprometer com os interesses dos setores populares. Pois a classe política tinha outros interesses além do de, eventualmente, cuidar do povo, em função de suas conexões de classe. A resultante final foi a de investir em alguns candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB (único partido de oposição então existente), que se dispusessem a defender a pauta de demandas dos trabalhadores. Em relação ao partido propriamente dito, esta liderança era bastante crítica, por ser o MDB criação do regime autoritário e abrigar, preferencialmente, a contra-elite; mesmo tendo um desempenho parlamentar de oposição, o MDB não teria jamais se desviado do papel a ele imposto pelo sistema. Deste partido não era pois possível esperar a postulação de criação de uma nova ordem social, que deveria também se distinguir do regime político que funcionou até 1964. Esta nova ordem contemplaria a participação dos trabalhadores nas grandes decisões nacionais, requerendo novas regras para o jogo político, não apenas mais justas como elaboradas com a participação dos trabalhadores. Se numa democracia o interesse da maioria deve sempre prevalecer, e se os trabalhadores constituem a maioria, são eles e seus interesses que devem predominar na definição dos grandes rumos nacionais.

No entanto, no imaginário dos "autênticos" ainda era cedo para a criação de um partido próprio, dado que a grande massa dos trabalhadores não estava pronta para a êle aderir. Assim, a atuação sindical ainda deveria, por um tempo, absorver a maior parte de suas energias, rejeitando-se uma dispersão das forças em mais do que uma frente de luta. Uma vez fortalecidos os sindicatos, supunha-se que os partidos iriam buscar alí parte de sua base de apoio, criando-se desta forma condições favoráveis para uma boa negociação política entre trabalhadores e candidatos a cargos eletivos.

A decisão de criar um partido dos trabalhadores foi sendo tomada, portanto, gradualmente, à medida em que intensificava-se a polarização no imaginário desta liderança. Antes de desdobrar esta questão, é importante assinalar a opção já feita, pelos "autênticos", pelas formas legais de luta, com base não apenas na presunção de que era possível, no interior da ordem legal então existente, compatibilizar satisfatoriamente os interesses das diversas forças sociais, mas também porque aderiam fortemente a determinados valores democráticos. Um comentário aparentemente irrelevante acerca de democracia sindical merece destaque aqui, por ilustrar esta questão. Lula era muito ciosa do grau de democracia existente em seu sindicato, e considerava que o que se passava alí correspondia ao que concebia ser um real sistema democrático. No sindicato, dizia êle:

"... quando nêgo errava, qualquer diretor falava: filho da puta, você errou. Quando nêgo, mesmo da oposição, mesmo o que era trotskista era contra a gente, se o cara trabalhava corretamente, tinha o nosso respeito. Nunca marginalizamos ninguém por definição ideológica. A gente marginalizava quando a atitude do cara era sem vergonha, era de desrespeito aquilo que a maioria queria".

(Oliveira, 1988:119).

Neste comentário fica claro, em primeiro lugar, que uma vez estabelecida a regra do jogo — decisão por maioria — seu resultado será aceito sem discussão. Em segundo lugar, que a questão ideológica não deverá ser ponderada, o mesmo não valendo para a dimensão ética, que remete à questão da identidade do trabalhador, tal como forjada por esta liderança. Esta identidade contempla um ethos, fundado na presunção de que existem valores e interesses objetivos comuns, próprios a todos os trabalhadores. Esta comunidade expressa-se, fundamentalmente, na dignidade concedida ao trabalho, a ser por todos reconhecida e à qual corresponde o direito a uma justa remuneração pelo trabalho, a ser conquistado de forma legal. Variações ideológicas que não afetassem este núcleo valorativo básico eram pois facilmente absorvidas.

Um segundo aspecto importante deste ethos é o que remete para a aceção ordeira do comportamento do trabalhador. Esta convicção era divulgada de várias formas, cabendo aqui citar o comentário de um destes líderes sobre a política, por explicitar este ponto:

"Até hoje, no Brasil, se afirma que fazer política é um negócio corrupto, é sujeita, é roubo, é suborno, nós trabalhadores pensamos da seguinte forma; que a gente vai mostrar que fazer política não é roubar, não é subornar, não é ser corrupto, você entende? A gente pretende fazer uma política sadia, uma política voltada para os verdadeiros interesses do povo"

(Oliveira, 1988:74).

Este ethos, obviamente, não é estranho ao ambiente fabril, onde o processo produtivo requer ordem, disciplina, responsabilidade e cuidado. Mas isso não significa que estes valores serão magicamente internalizados pelos trabalhadores. Se tomarmos, por comparação, o movimento operário inglês, veremos que lá também coube aos líderes colocar esta ênfase na importância de que suas reivindicações se expressassem de forma pacífica e ordeira: Thompson (1966:679) chama a atenção, por exemplo, para o fato de que uma das principais demandas do movimento dos trabalhadores no início do século passado era pela liberdade de realizar assembléias públicas, ao ar livre, e que para tanto tinham que se haver com a prevalência da noção de que "*working men attending meetings under the auspices of men of their own rank was in the minds of loyalist gentry synonymous with riot and insubordinations*". Assim, havia um esforço em refutar estas acusações, enfatizando-se ao contrário, a sobriedade do movimento. Vários são os fatores destacados por Thompson que inpedem na constituição deste ethos, como a prática dos Metodistas Primitivos, a presença de veteranos de guerra, e a própria tradição das sociedades de trabalhadores e sindicatos (p.680). Mas o caráter reativo à forma pela qual o sistema

rejeitava a organização livre dos trabalhadores certamente influenciou tanto o movimento inglês quanto o brasileiro. A ênfase na sobriedade era deliberada, buscando "*rescue the people from the imputation of being a 'mob'*", o que de todo não impedia que fossem as tavernas lugares privilegiados para os encontros políticos destes ingleses. De forma similar, em um de seus discursos em praça pública, Lula dizia que

"para enfrentar os tanques... cada um dos trabalhadores deverá colocar como arma uma esposa e seus filhos na rua, para mostrar que a nossa luta é algo muito mais sério... ao sair daqui, cada um dos trabalhadores leve em mente, para dizer para seus filhos, para dizer para sua esposa, que o nosso movimento hoje tomou conta de toda a sociedade brasileira".

(Oliveira, 1988:73).

"Esposa e filhos" são termos que obviamente não compõe com a gramática da luta insurrecional, e se opõe à noção de "*baderna*", indicando, ao contrário, a natureza pacífica, ordeira e legal do movimento operário.

Feita esta digressão, retomemos a questão da tradução deste movimento na formação do partido político. Os "autênticos", antes de decidirem-se pela criação de seu próprio partido, consideraram a pertinência de associar-se a um movimento político então orientado para a recuperação do Partido Trabalhista Brasileiro(1), extinto por decreto governamental (Ato Institucional nº 2) em 1966. O

(1) Sobre o PTB, ver Loyola (1980).

PTB fora criado por Getúlio Vargas ao término de sua ditadura, forjando-se no país uma certa forma de articulação política conhecida como "trabalhismo". A liderança repudiava esta modalidade de conexão com o Estado, por considerar que nesta articulação dominava o interesse deste último, onde greves de cunho político atendiam mais aos interesses governamentais do que às aspirações dos trabalhadores. Além disso, e ainda de acordo com a memória desta liderança, estas greves eram programadas de "cima para baixo" o que, como já assinalamos, contrariava a premissa central da pedagogia que informava sua militância. Por fim, o nexo governamental excluía da pauta de reivindicações dos sindicatos de então a demanda por autonomia sindical e a reformulação de sua estrutura. Assim, a posição finalmente adotada foi a de repúdio ao PTB como partido capaz de representá-los.

Cabe agora retomar um último aspecto do imaginário desta liderança, que é o da polarização que se efetiva na sua forma de apreender a política. Ao relatar a maneira pela qual os "autênticos" equacionavam sua pauta de ação para enfrentar os obstáculos à atuação sindical (cf. pag. 21 do presente artigo) chamei a atenção para o fato de que a meta prioritária desta liderança não conflitava com a ordem sócio-econômica aqui existente. Esta percepção da natureza do conflito irá entretanto sofrer profunda inflexão, a partir das interpretações que os "autênticos" vão conferindo aos embates sindicais e políticos ocorridos no período aqui analisado (1977-1979).

No início deste movimento, os "autênticos" distinguiam os empresários nacionais dos representantes das multinacionais, sendo os

últimos percebidos como os mais fortes aliados do Governo, e claramente contrários à implementação das políticas postuladas pelos trabalhadores. O empresariado nacional, tido como o parceiro mais fraco desta aliança, estaria entretanto disposto a estabelecer um outro formato de relação com os sindicatos. A maior interação ocorrida, a partir das greves que se efetivaram no período aqui em foco, teria levado, a meu ver, a uma modificação na avaliação desta burguesia. A distinção entre nacionais e estrangeiros se desfaz, e esta liderança passa a enfatizar não só o alto grau de organização dos empresários como a maneira peculiar que têm de competir e aliar-se entre si, sempre que em confronto com o operariado. Esta indiferenciação de comportamento era, em particular, considerada moral, por ser dever do empresariado nacional "defender o capital nacional, não apenas em seu interesse mas também no interesse dos trabalhadores, de forma a mostrar que os problemas brasileiros podem ser resolvidos por brasileiros". (Oliveira, pag. 101).

A percepção que os "autênticos" tinham do Governo também se alterou. No início do movimento, Lula afirmava que soluções melhores para o Brasil deveriam ser buscadas na participação efetiva dos trabalhadores, mas que isto só poderia acontecer se, de um lado, a classe trabalhadora se "conscientizasse" e, de outro, se houvesse efetivamente um processo de "abertura política"

"Do primeiro, vamos cuidar com todo o afinco, promovendo por todo os meios o nível da categoria. E quanto ao segundo, esperamos dos poderes dominantes bom senso e sabedoria para atender o clamor do trabalhador brasileiro. O espaço e a influência que queremos e pelo que vamos lutar são vitais, para que se instaure a democracia política e econômica. Não podemos entender um processo democrático ou demo-

cratizante no qual a imensa maioria do povo fique marginalizada e sem acesso aos bens vitais para sua sobrevivência, dignidade, segurança e promoção". (Oliveira, p.102).

Esta suposição de que no Governo era possível encontrar a expressão desta Justiça característica do Estado começa a ruir, também a partir da intensificação das relações propriamente políticas que esta liderança estabelece, não apenas com o Ministro do Trabalho mas também com outros representantes governamentais, aí incluído o Congresso Nacional. Se as primeiras interpretações para os conflitos então existentes remetiam para a baixo nível de informação de empresários e governantes, ou para sua "mã vontade", a última que registrei já aponta para a noção clássica de conflito de classe.

É possível pois registrar uma profunda inflexão no imaginário desta liderança, que definia a ordem social desejada, num momento inicial, como ordem harmônica entre capital e trabalho, sob a guarda atenta do Estado, instância moral conectada com o valor de Justiça que se expressaria na defesa do "bem comum". Quando se encerra a fase que destacamos para análise, a realidade política é retratada como contemplando, em um de seus pólos, o governo e a burguesia e em outro, os trabalhadores e o povo em geral, conectados por seu "interesse nacional" e sua postura democrática.

Este tipo de inflexão é mais um ponto de contato interessante entre os "autênticos" e os líderes do movimento operário ingleses do início do século XIX, onde a politização e a radicalização crescente da luta sindical resultam, em ambos os casos, dos entraves

encontrados para a livre organização dos trabalhadores. Ainda de acordo com Thompson:

"In most manufacturing communities the initiation of any organized movement is likely to have fallen upon a minority of active spirits; and the man who had the courage to organize an illegal union, the ability to conduct its correspondence and finances, and the knowledge to petition Parliament or consult with attorneys, were likely also to have been no strangers to the Rights of Man. As trade union leaders come forward, they will quickly be driven toward an extreme Radicalism by the very conditions of their conflict with employers, magistrates, and an indifferent or punitive House of Commons". (pag. 500).

Finalmente, cabe notar que do ponto de vista estritamente formal, o imaginário político desta liderança que, inicialmente, estruturava-se com base em três elementos — trabalhadores, empresários e Estado — sofre uma redução, passando a se conformar a um modelo polarizado-empresários e Estado, versus trabalhadores. Esta transformação implica na substituição da noção de complementariedade pela de oposição, implicando ainda numa re-elaboração dos próprios elementos constitutivos deste imaginário, valendo assinalar o alargamento do escopo da noção de trabalhador, que passa a denotar também o povo, o movimento de transição da tríade para a diáde é, entretanto, ambíguo no que tange a seus desdobramentos subsequentes. A menção ao socialismo, presente na formulação do programa do Partido dos Trabalhadores pode ser interpretada como indicando uma tendência à homogeneização do universo político, se

nele acentuarmos os postulados de superação das classes e a absorção do estado pela sociedade. Mas esta liderança conhece e critica o socialismo real, especialmente a prática de partido único, defendendo uma pluralidade de representações. Tais aspectos permitem postular uma tendência à superação da diáde na configuração do universo político desta liderança, fundando-se entretanto tal diversificação em um novo consenso, referido à idéia de "interesse nacional" ou de "bem comum".

IV.

Nesta parte conclusiva do artigo, gostaria de ressaltar e comentar a forma pela qual tratei o tema do imaginário político do trabalhador brasileiro, a partir de uma literatura selecionada.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para o caráter sempre em algum grau arbitrário do resultado a que cheguei. Se toda reconstrução discursiva implica numa formalização e num burilamento do pensamento originalmente exposto, estes aspectos se tornam ainda mais acentuados quando o tema é vasto, complexo e não tem tratamento homogêneo. Sei pois que o relato aqui efetivado pode ser devidamente questionado não só no que tange à fidelidade a cada um dos textos utilizados como à própria lógica de seu encadeamento. Esta inteligibilidade que simultaneamente desvendei e imputei ao imaginário do trabalhador brasileiro não esgota, portanto, o "real" do imaginário, podendo este ser reconstruído em outras modalidades, a partir de outros tipos de recorte, e, obviamente de outro interesse teórico.

Quanto a este último, talvez valha a pena explicitá-lo, ainda que de forma apenas indicativa. Admito e resisto à forma pela qual normalmente se enquadra a questão da inserção política dos trabalhadores nas sociedades capitalistas mais ou menos liberais. Admito, porque tenho que me render à evidência de que a experiência histórica pouco inova frente a um padrão de conexão que tem como pilares fundamentais o sindicato e o partido, cuidando o primeiro das demandas estritamente operárias, que são reverberadas pelo segundo, agora num discurso mais abrangente, e a nível das diversas

instâncias de poder.

Resisto, porque fica quase impossível captar, neste marco de referência, o processo contínuo de mudança que se opera em nossas sociedades, através da maneira diferenciada pela qual os sujeitos percebem a si próprios e àqueles com os quais interagem, bem como transformam suas condições de existência. Daí privilegiar, no âmbito do imaginário, as mudanças de concepções que estão registradas no universo simbólico dos trabalhadores, e o esforço de conectar estas mudanças com suas práticas e eventos de todo tipo que impingem sobre suas vidas. Daí também deriva o interesse pelo imaginário, expresso na linguagem corrente destes trabalhadores. Vale assinalar que tomo esta última na acepção que lhe confere Wittgenstein, enquanto atividade, posto que funda-se a linguagem na fala e na resposta à fala, e estas são coisas que fazemos (Pitkin, 1972:36), como parte de determinadas "formas de vida" nas quais nos situamos.

Finalmente, espero ter deixado claro que o destaque que aqui concedo à dimensão dinâmica da vida social é pelo menos tão arbitrário quanto todas as outras escolhas efetivadas na construção deste texto.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTINO RODRIGUES, J. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Ed. Símbolo, São Paulo, 1979.
- ALMEIDA, MARIA HERMÍNIA T. "Sindicato no Brasil" in Debate e Crítica, nº 6, junho, São Paulo, 1975.
- "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança" in Sociedade e Política no Brasil pós-64, Sorj, B. e Almeida, M.H.T. (eds), Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- "Novo Sindicalismo e Política", paper apresentado ao Seminário "Oportunidades e Limites das Sociedades Periféricas: O caso do Brasil", realizado em Friburgo, julho, 1983.
- BARROS, Alexandre S.C. e FIGUEIREDO, Argelina, "The creation of two social programs: the FGTS and the PIS". Report to OECD, 1975, mimeo.
- BARSTED, Dennis. Medição de Forças, Zahar ed. Rio de Janeiro, 1981.
- EUARQUE DE HOLLANDA, S. Raízes do Brasil, José Olympio ed, 1963 (4ª ed.).
- CALDEIRA, Tereza P.R. "Para que serve o voto" in Voto de Desconfiança, Lamounier, B. (ed) Vozes, Petrópolis, 1980.
- "As imagens do Poder no Saber Popular", paper apresentado ao III Encontro Nacional da ANPOCS, Belo Horizonte, mimeo, 1979.
- "A Política dos Outros", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

CARDOZO, Ruth. "Sociedade e Poder: As representações dos favelados de São Paulo" in Ensaio de Opinião, Vol. 6, Inúbia, 1979.

"Favela, Conformismo e Invenção" em Ensaio de Opinião, Vol. 4, Inúbia, 1977.

DUHRAM, Eunice. A Caminho da Cidade, ed. Perspectiva, São Paulo, 1978.

ERICKSON, P. Sindicalismo no Processo Político no Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.

HOBBSEAWM, E.J. Os trabalhadores, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

LEITE LOPES, J.S. "Sobre o trabalhador da Grande Indústria na Pequena Cidade: Crítica e Resgate ao "Crise do Brasil Arcaico" in Boletim do Museu Nacional, nº 43, Rio de Janeiro, 1983.

LOPES, J.B. A Crise do Brasil Arcaico, Dif. Européia do Livro, São Paulo, 1967.

Sociedade Industrial no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.

LOYOLA, M.A. Os Sindicatos e o PTB, Ed. Vozes/Cebrap, Petrópolis, 1980.

MARTINS, H.H.S. O Estado e a Burocratização do Sindicato, Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.

MORSE, Richard. El Espejo de Próspero, Siglo XXI

OLIVEIRA, I.R. Trabalho e Política - As Origens do Partido dos Trabalhadores, Ed. Vozes, Petrópolis, 1988.

PEREIRA, Vera M.C. O Coração da Fábrica-Estudo de Caso entre Operários Têxteis, ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.

RODRIGUES, Leôncio M. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966.

Industrialização e Atitudes Operárias, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1974.

(ed.) Sindicalismo e Sociedade, Difusão Européia do Livro, 1968.

SOUZA, Amaury. "The Nature of Corporatist Representation: Leaders and Members of Organized Labor in Brazil", Ph.D. Dissertation, mimeo, MIT, set. 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. "O Espelho de Morse" in Novos Estudos Cebrap, nº 22, São Paulo, out. 1988.

THOMPSON, E.P. The Making of the English working Class, Vintage Books, NY, 1966.

VIANNA, O. As Populações Meridionais do Brasil, Eds. Monteiro Lobato, São Paulo, 1920.

O Idealismo da Constituição, Ed. Terra do Sol, Rio de Janeiro, 1927.

	Nº de páginas
183. TAUILÉ, José Ricardo. <u>Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183).	47
184. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. <u>Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184)	65
185. FERRAZ, João Carlos. <u>A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185).	34
186. TIGRE, Paulo Bastos. <u>How Does Latin America Fit Into High Technology?</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186)	16
187. RUSH, Howard J. <u>Manufacturing Strategies and Government Policies</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187)	19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. <u>Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188)	43
189. PENA, Maria Valéria Junho. <u>O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189)	49
190. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A Política Econômica do Autoritarismo</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190)	15
191. AZEREDO, Beatriz; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. <u>Fontes de Recursos para o Orçamento da Seguridade Social</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão 191)	48
192. VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. <u>O Postulado da Obrigação Política e Suas Justificativas Ideológicas na Teoria Clássica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 192)	43

193. LIMA, Fernando Carlos G.C.Lima, FIORI, Jorge; MAGALHÃES, Paulo; TINOCO, Galeno; ZONINSEIN, Jonas; SILVEIRA, Caio Marcio L.P.da; GOMES, Maria Celia e BASTOS, Carlos M. Sistema Financeiro da Habitação e Programas Habitacionais Alternativos: Diagnóstico e Perspectivas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 193) 49
194. BATISTA, Jorge Chami. The Conditions for a Foreign Exchange Constrained Economy: A Critique of Joshi's Model. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 194) 16
195. FIORI, José Luís. Brasil: Uma transição democrática com crise orgânica do Estado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 195) 38
196. TEIXEIRA, Aloisio; AZEREDO, Beatriz; MATSUTANI, Maurício; FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Jorge de. O financiamento da seguridade social em 1989: novos caminhos, velhos problemas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. Discussão, 196) 63
197. BATISTA, Jorge Chami. Structural Deficits, The Debt Cycle Hypothesis and the Transfer of Real Resources. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 197) 23
198. PEREIRA, Edgard Antonio e ROMANO, Ricardo. Política Anti-inflacionária e planos de estabilização: a experiência brasileira recente. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 198) 94
199. PROCHNIK, Victor. Programas regionais para modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 199) 68
200. OLIVEIRA, Isabel de Assis R.de. O imaginário político do trabalhador na literatura brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 200) 43